



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



**PARECER JURÍDICO**

**Assunto: Licitação que tem por objeto a aquisição de três veículos destinados a secretaria de saúde, e, de um veículo para a assistência social.**

**Requerente: Departamento de Licitação**

**Data: 14 de novembro de 2017.**

**A) Relatório:**

Foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica questionamento jurídico do Pregão Presencial n.º 042/2017, tendo em vista a apresentação de impugnação ao Edital pela empresa "Nissan do Brasil Automóveis Ltda.".

Em resumo, a empresa impugnante afirma que: a) O prazo de entrega do veículo é insuficiente. b) A especificação dos Pneus restringe a participação de fornecedores. c) O tamanho do porta malas restringe a participação de fornecedores. d) Que as cláusulas restritivas não são motivadas ou justificadas.

Pois bem. Relatados os argumentos da impugnação, passo a me manifestar:

**B) Fundamentação:**

**B.1) O prazo de entrega do veículo:**

A impugnante afirma em suma que o prazo de entrega estabelecido em edital de 30 (trinta) dias impede sua participação no certame, tendo em vista o prazo de montagem final e envio ao concessionário dos veículos.

Ainda, diz que o prazo para entrega deveria ser de 120 (cento e vinte dias).

Ora, conforme se observa no procedimento licitatório, nota-se que a compra dos veículos tem por objetivo atender as secretarias de saúde e de assistência social, ou seja, atividades essenciais para a população do município.

Não obstante, é imprescindível destacar que os veículos também serão utilizados para o transporte de pacientes para hospitais regionais, em especialidades não albergadas pela unidade básica de saúde.

Ora, o prazo de 30 (trinta) dias não parece insuficiente para entrega dos referidos veículos, tão pouco seria aceitável para a administração aguardar 120 (cento e vinte dias) para tanto.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Portanto, nota-se que o prazo de entrega de referidos veículos é vital para o efetivo atendimento de pacientes do município, assim, a alteração do prazo de 30 (trinta) dias para 120 (cento e vinte) dias traria sérios prejuízos ao objetivo final do certame, bem como a função social dos objetos adquiridos.

**B.2) Especificação dos Pneus:**

A impugnante requer, em resumo, a alteração da medida mínima dos pneus com medida 175/65 para 175/60, pois diz que trata-se de uma diferença irrisória.

Ora, no planejamento de suas aquisições de equipamentos, a Administração deve identificar um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente suas necessidades antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.

Nota-se pelo caderno licitatório, que a administração diligentemente reuniu 3 (três) orçamentos, cotando valores com especificações mínimas que atendam de forma equânime todas as interessadas.

Observa-se que não há má-fé na elaboração edital, já que é impraticável a realização de pesquisa de especificações técnicas mínimas de todas as marcas existentes no mercado, assim, nota-se que a administração desincumbiu-se de sua obrigação, pois a especificação técnica abrange várias marcas existentes no mercado, exceto a da impugnante.

Por outro lado, a Constituição Federal não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados: art. 37, XXI:

**“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”**

Esta disposição é repetida no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.663/93:

**“É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter**



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato", ressalvadas exceções (§§ 5º a 12 do artigo e art. 3º da Lei n. 8.248/91, que dizem respeito a produtos manufaturados, serviços e informática)

Então, por disposição constitucional e legal, as únicas exigências que a administração pode fazer dos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

Toda licitação tem edital com cláusulas que restringem o objeto e o universo dos participantes, uma vez que a Administração necessita de um dado objeto (o que exclui os demais, semelhantes ou não) e de condições pessoais do futuro contratado que conduzam à alta probabilidade de que o contrato será cumprido.

Assim, ainda que não seja manifesto o interesse de restrição de participação ou direcionamento do certame, tal especificação pode limitar o universo de competidores.

Portanto, se faz necessário a retificação de tal especificação técnica, a fim de oportunizar a participação do maior número de interessados, já que tal exigência não se revela indispensável ao cumprimento do contrato.

**B.3) Do tamanho do porta malas:**

A impugnante requer, em resumo, a alteração da capacidade mínima de 285 l. para 265 l. para o item 1 e a alteração da capacidade mínima de 480 l. para 460 l. para o item 2 do edital licitatório, pois diz que trata-se de uma diferença irrisória.

Em muito se assemelha com o tópico anterior.

Nota-se pelo caderno licitatório, que a administração diligentemente reuniu 3 (três) orçamentos, cotando valores com especificações mínimas que atendam de forma equânime todas as interessadas.

Observa-se que não há má-fé na elaboração edital, já que é impraticável a realização de pesquisa de especificações técnicas mínimas de todas as marcas existentes no mercado, assim, nota-se que a administração desincumbiu-se de sua obrigação, pois a especificação técnica abrange várias marcas existentes no mercado, exceto a da impugnante.

Por outro lado, ainda que não seja manifesto o interesse de restrição de participação ou direcionamento do certame, tal especificação pode limitar o universo de competidores.



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



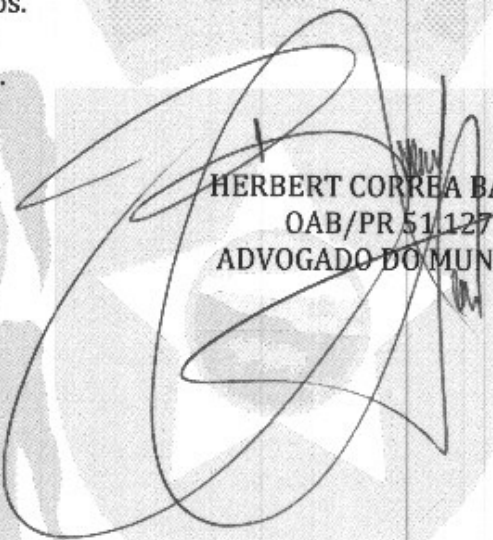
Portanto, se faz necessário a retificação de tal especificação técnica, a fim de oportunizar a participação do maior número de interessados, já que tal exigência não se revela indispensável ao cumprimento do contrato.

**C) Conclusão:**

Dessa forma, diante impugnação apresentada, esta procuradoria opina pelo procedência parcial, no sentido de indeferir o pedido de dilação de prazo de entrega, bem como pela retificação do edital, a fim de adequar as especificações técnicas mínimas, e, oportunizar a participação da impugnante.

Por fim, recomenda-se a edição de novo procedimento, com observância dos apontamentos indicados.

É o parecer.

  
HERBERT CORREA BARROS  
OAB/PR 51.127  
ADVOGADO DO MUNICÍPIO